



Universidade, ciência e território diante das novas direitas: um alerta a partir da Argentina

A convocação da quinta Marcha Federal Universitária, prevista para o próximo dia 15 de outubro, abre uma oportunidade para questionar o lugar ocupado pelas universidades públicas e pelos sistemas científicos nos projetos políticos das direitas e das extremas direitas latino-americanas. Na Argentina, a reivindicação pelo cumprimento da Lei de Financiamento Universitário e pela recomposição dos salários insere-se em uma disputa sobre as condições necessárias para sustentar a produção de conhecimento e a formação superior. O governo de Javier Milei permite examinar essa disputa a partir de uma experiência concreta, cuja leitura pode ser relacionada ao antecedente brasileiro durante a presidência de Jair Bolsonaro. A hipótese que orienta esta reflexão é que a combinação de restrições orçamentárias e questionamentos à legitimidade das instituições acadêmicas pode comprometer capacidades públicas fundamentais para decidir sobre o desenvolvimento de nossos países. A partir da geografia, interessa-nos examinar como essas decisões modificam as possibilidades de conhecer os territórios, reconhecer suas desigualdades e elaborar respostas às suas transformações. As universidades e os organismos científicos intervêm nessa relação por meio de pesquisas e atividades de formação que mantêm vínculos com problemas sociais específicos. A formação de técnicos e especialistas em nossas instituições de ensino garante uma perspectiva de defesa da soberania em suas dimensões econômica, política, científico-tecnológica, ambiental, educativo-cultural, alimentar e territorial, entre outras. A marcha constitui, nesse sentido, uma ocasião para discutir o alcance das políticas atuais e suas consequências sobre capacidades acumuladas durante décadas, cuja continuidade depende do financiamento e do trabalho de quem as sustenta. Sua relevância regional decorre das questões que suscita sobre o futuro da educação pública e a autonomia da produção científica.

A dimensão da deterioração na Argentina permite precisar os termos dessa discussão. Segundo o Grupo Economía, Política y Ciencia, a execução acumulada da Função Ciência e Técnica da Administração Pública Nacional entre janeiro e agosto de 2026 estava 47,6 % abaixo da registrada no mesmo período de 2023, em termos reais. Para as universidades nacionais, o Instituto de Estudos e Capacitação da CONADU (a principal federação que reúne docentes universitários e pesquisadores da Argentina) apresenta outra medida do ajuste: entre janeiro e maio de 2026, as transferências nacionais haviam caído 28,2 % em termos reais em relação ao mesmo período de 2023. A deterioração também atinge as condições de trabalho. Em agosto, o Grupo EPC estimou uma perda de poder aquisitivo de 40,3 % em relação a novembro de 2023 para pesquisadores e pessoal de apoio do CONICET, enquanto, para o

cargo universitário de referência, professor adjunto com dedicação exclusiva e dez anos de antiguidade, a queda chegava a 25 %. A CONADU reivindicou uma recomposição salarial de 33,4 % para repor as perdas decorrentes do processo inflacionário iniciado pelo governo atual e do corte salarial. O horizonte orçamentário tampouco apresenta uma recuperação uniforme, pois a análise do projeto para 2027 realizada pelo Grupo EPC estima, para as universidades, um financiamento 21,2 % inferior ao de 2023. Em setembro de 2026, o CIN (Conselho Interuniversitário Nacional) solicitou 11 trilhões de pesos argentinos para o próximo exercício, um montante que, segundo o organismo, supera em 33 % o previsto pelo Poder Executivo. Os dados disponíveis, contudo, já permitem advertir que a incerteza financeira e a deterioração salarial comprometem as condições para manter equipes, planejar pesquisas e conduzir normalmente o ano acadêmico, afetando diretamente a continuidade da formação de capacidades, que exige prazos prolongados.

As universidades nacionais ocupam um lugar central na reprodução de capacidades. Em suas salas de aula formam-se profissionais e pesquisadores, enquanto seus institutos e laboratórios sustentam uma parcela significativa da produção de conhecimento, frequentemente em articulação com o CONICET e outros organismos públicos. Em março de 2026, o CIN e a Rede Argentina de Autoridades de Institutos de Ciência e Tecnologia alertaram para os riscos do desfinanciamento para projetos e equipes consolidados. O relatório do IEC-CONADU permite precisar que, durante os primeiros cinco meses de 2026, os recursos executados para bolsas universitárias haviam caído 85,6 % em termos reais em relação ao mesmo período de 2023, enquanto a rubrica de investimento em infraestrutura universitária analisada não registrava nenhuma execução. Sua dimensão territorial merece especial atenção. A presença universitária em diferentes províncias e na periferia metropolitana de Buenos Aires aproxima oportunidades de formação de populações que enfrentariam maiores dificuldades para se deslocar e permite estabelecer vínculos com instituições locais. O enfraquecimento das bolsas e da infraestrutura aprofunda as desigualdades onde as alternativas educacionais são mais limitadas. Como assinala o próprio IEC, garantir o direito à educação superior exige considerar a permanência e a conclusão dos cursos, além das possibilidades de ingresso. Nessa perspectiva, a gratuidade requer condições materiais que permitam sustentar as trajetórias estudantis. A universidade pública constitui uma infraestrutura social dos territórios, cuja capacidade de intervenção depende de recursos e vínculos construídos historicamente, e cuja continuidade requer políticas que sustentem tanto o trabalho acadêmico quanto o direito de estudar.

No Brasil, a deterioração do financiamento universitário precedeu o governo Bolsonaro. A Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016, estabeleceu um teto para o gasto primário federal durante vinte anos, posteriormente substituído por um novo regime fiscal em 2023. Entretanto, durante a presidência de Bolsonaro (2019-2022), a restrição de recursos articulou-se com uma ofensiva explícita contra a legitimidade das universidades públicas. Em 2019, o Ministério da Educação anunciou bloqueios que atingiam aproximadamente 30 % dos recursos discricionários das universidades federais, isto é, de dotações destinadas, entre outras funções, a serviços, manutenção e funcionamento, e não do orçamento total dessas instituições. As mobilizações nacionais de 15 e 30 de maio daquele ano expressaram a amplitude da resistência estudantil, docente e científica. Em 2022, a revista Pesquisa FAPESP registrou o bloqueio de cerca de 1.794 milhões de reais do orçamento do Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovações. Esses episódios mostram como a incerteza sobre a disponibilidade efetiva dos recursos dificulta a continuidade de projetos, laboratórios e serviços universitários.

A pressão sobre as instituições também atingiu seus mecanismos de governo. Segundo um levantamento divulgado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), entre 2019 e 2021 Bolsonaro nomeou, em 18 de 50 nomeações de reitores, candidatos que não haviam vencido as consultas internas de suas comunidades acadêmicas. Embora o procedimento de nomeação presidencial estivesse previsto na legislação brasileira, essas decisões intensificaram os conflitos em torno da autonomia universitária e da representação de docentes, estudantes e pessoal técnico-administrativo. No campo da pesquisa, o confronto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) adquiriu especial importância em função dos dados de monitoramento do desmatamento amazônico, que permitem documentar transformações ambientais e orientar a fiscalização pública. O afastamento de Ricardo Galvão em 2019, após defender os dados questionados por Bolsonaro, mostra como a divulgação de resultados pode entrar em conflito com prioridades governamentais e ilustra por que a autonomia dos organismos científicos também depende de sua capacidade de divulgar resultados que contrariem os interesses do governo.

Na Argentina, o pronunciamento de Milei em Davos, em janeiro de 2025, incluiu as instituições educacionais entre os espaços atravessados por uma suposta hegemonia da esquerda “woke”. Ambos os casos permitem examinar a dimensão política do conflito a partir do questionamento da autoridade das instituições quando seus conhecimentos ou suas práticas contradizem as orientações do governo. As evidências desses episódios oferecem uma base para discutir as pressões sobre a produção científica, preservando as diferenças entre as experiências nacionais. A autonomia institucional requer recursos para pesquisar e condições para comunicar resultados, inclusive aqueles que incomodem o poder político. Seu enfraquecimento restringe as possibilidades de intervir nos debates públicos sobre os usos do território e suas consequências sociais e ambientais.

Os governos de extrema direita têm um grande problema com a verdade, ainda mais com a verdade científica. Eles costumam negar as evidências científicas com suas opiniões, afirmando que as verdades impedem o progresso do capitalismo. O problema adquire outra profundidade quando as restrições materiais se articulam com discursos que colocam sob suspeita as instituições do conhecimento. A comparação exige reconhecer as diferenças e os antecedentes das políticas de ajuste, mas é pertinente e necessária para identificar como a pressão orçamentária e a deslegitimação pública podem convergir sobre a autonomia institucional, afetando tanto as condições de pesquisa quanto as possibilidades de intervir nos debates sobre os usos do território e suas consequências.

A dimensão territorial da universidade pública adquire particular importância no caso brasileiro. A expansão da rede federal iniciada em 2003, o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007, e a criação de universidades e campi no interior ampliaram a presença da educação superior federal fora das capitais e dos centros metropolitanos tradicionais. Essa expansão favoreceu o acesso de estudantes que antes precisavam se deslocar para outras cidades e fortaleceu as atividades de pesquisa e extensão vinculadas a problemas agrários, urbanos, ambientais e

sociais de diferentes regiões. Sua continuidade, contudo, requer financiamento estável, políticas de permanência estudantil e condições de trabalho para docentes, pesquisadores e pessoal técnico. Por isso, as restrições orçamentárias não produzem consequências territorialmente homogêneas: podem ser especialmente graves onde as instituições federais constituem uma das poucas infraestruturas públicas de formação superior e produção de conhecimento. A projeção latino-americana desses processos deve ser situada no contexto de uma distribuição desigual das capacidades científicas. Segundo El Estado de la Ciencia 2025, o Brasil concentrava 62,5 % do investimento da América Latina e do Caribe em pesquisa e desenvolvimento em 2023, enquanto Argentina e México correspondiam a cerca de 10 % cada um. Essa concentração permite compreender a relevância regional das transformações pelas quais passam nossos principais sistemas.

A partir da geografia, interessa-nos discutir o que ocorre com a capacidade de nossas sociedades de produzir informações sobre seus próprios territórios e utilizá-las na tomada de decisões públicas. Investigar as transformações urbanas e agrárias ou as mudanças ambientais requer equipes capazes de manter séries de observação, realizar trabalho de campo, confrontar explicações e comunicar resultados. A interrupção dessas atividades reduz os instrumentos disponíveis para as comunidades e os governos locais e aumenta sua dependência de conhecimentos e tecnologias produzidos fora da região. Essa dependência constitui um risco a ser examinado, cuja intensidade variará conforme as características de cada país e de cada campo de pesquisa. Nesse contexto, defender a universidade pública e a ciência implica sustentar as condições para ampliar o acesso à formação e preservar a autonomia do conhecimento, ao mesmo tempo que se discutem suas prioridades e sua relação com as necessidades sociais. Essa autonomia constitui uma condição para avaliar criticamente as políticas públicas e participar da definição de alternativas de desenvolvimento. A cooperação latino-americana pode ampliar essas possibilidades por meio do intercâmbio de conhecimentos e da construção de agendas compartilhadas a partir de capacidades próprias. A marcha argentina de 15 de outubro oferece uma oportunidade para levar essa discussão ao espaço latino-americano e caribenho. O que está em jogo é a possibilidade de conservar e desenvolver capacidades próprias para compreender as transformações de nossos territórios e participar das decisões que configuram seu futuro.

O enfraquecimento das universidades e do sistema científico corrói as condições que permitem exercer a soberania, reduzindo a capacidade de produzir conhecimento próprio, avaliar alternativas tecnológicas e decidir sobre as transformações do território.

Comissão de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos
União Geográfica Internacional

12/10/26